CÂMARA DO ENSINO SUPERIOR

PROC CEE N°: 978/66

INTERESSADO: FACULDADE MUNICIPAL DE MEDICINA DE TAUBATÉ

ASSUNTO: S/ instalação da Faculdade acima mencionada.

P A R E C E R N° 797/66

Novamente a CES é chamada a opinar em pedido da Prefeitura Municipal de Taubaté que solicita auxílio do Governo do Estado para a instalação da Faculdade de Medicina de Taubaté criada pela Lei Municipal n° 701 de 22.4.63.

À fls. 3 manifestou-se o Dr. Júlio Andrade Ferreira, Diretor da Assessoria Técnica deste CEE. , que informa não ter a lei municipal efeito na esfera estadual e, pois, nenhuma obrigação do Governo do Estado em lhe dar provimento, "bem como que a instalação de estabelecimentos isolados de ensino superior acha-se regulada pela Resolução n° 20/65 do CEE.

Coerente com meus pronunciamentos anteriores manifesto-me contrariamente a o deferimento do pedido tendo em vista que:

a) a Faculdade de Medicina de Taubaté ainda não foi autorizada o funcionar e para vir a sê-lo devera provar (Res. 20/65) "capacidade financeira para instalar e fazer funcionar o estabelecimento do modo satisfatório".

b) se a Prefeitura de Taubaté se revela incapaz sequer de fornecer os recursos iniciais para a instalação da Faculdade, o que não dizer para o seu funcionamento? No pedido anterior que tramitou por esta Câmara os recursos pretendidos se destinavam à aquisição apenas de microscópios, ao que me lembra...

c) a meu ver, a Prefeitura Municipal do Taubaté, deveria estabelecer uma escala prioritária para aplicação dos seus recursos destinados ao ensino, que devem ser limitados. Por que não aplicá-los eficientemente num bom estabelecimento? (no caso parece ser a Faculdade de Engenharia de Taubaté que está logrando, por esforço próprio, uma importante associação empresa-escola).

d) e preciso evitar as Faculdades Municipais em que a comuna só fornece a lei ou porque são autossuficientes ou porque se vai bater, desde o, início, às portas do erário estadual. Os recursos estaduais também são limitados e é justo que este Conselho reivindique o direito de aplicá-los de acordo com um plano e não ante o "fato consumado" de uma Faculdade Municipal que não conta com recursos locais para se manter. De outro modo corremos o risco de ver Prefeitos criando, para satisfazer as vaidades ou veleidades regionais, Faculdades sem que tenham possibilidades de mantê-las e, ato subsequente, o Estado, premido pelos fatos consumados, pelos movimentos estudantis, políticos, etc, dispersando (ou pelo menos não dando a melhor aplicação; aos seus recursos. Ainda não se compreendeu que as "orgulhosas aspirações da mocidade local, caem por terra ante os pedidos daqueles que não entendem que é preferível contar com uma grande Faculdade do que com uma medíocre universidade.

CES, em 3/11/66

a) VESPASIANO CONSIGLIO
Relator